

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS-CCJS  
CURSO DE BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**SUERLLEY DE LIMA FERREIRA**

**OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO  
DIGITAL-SPED: UM ESTUDO NAS EMPRESAS DO RAMO DE ATACADO DE  
CARNES E FRIOS NA CIDADE DE CAJAZEIRAS E SOUSA-PB**

**SOUSA-PB  
2015**

**SUERLLEY DE LIMA FERREIRA**

**OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO  
DIGITAL-SPED: UM ESTUDO NAS EMPRESAS DO RAMO DE ATACADO DE  
CARNES E FRIOS NA CIDADE DE CAJAZEIRAS E SOUSA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis  
da Universidade Federal de Campina Grande,  
como requisito para contenção do título de  
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Raul Ventura

**SOUSA-PB  
2015**

**SUERLLEY DE LIMA FERREIRA**

**OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO  
DIGITAL-SPED: UM ESTUDO NAS EMPRESAS DO RAMO DE ATACADO DE  
CARNES E FRIOS NA CIDADE DE CAJAZEIRAS E SOUSA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis  
da Universidade Federal de Campina Grande,  
como requisito para contenção do título de  
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Raul Ventura

Data da aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Orientador: Prof. Raul Ventura

---

Examinador(a)

---

Examinador(a)

*“É preciso força pra sonhar e perceber  
que a estrada vai além do que se vê”.  
(Los Hermanos)*

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo empenho, dedicação e preocupação que tiveram em me proporcionar aquilo que não puderam ter.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que iluminou meu caminho durante essa caminhada, renovando minhas forças e aumentando a minha fé.

À minha mãe, Lindarice Barreto de Lima Ferreira, em especial, minha melhor amiga, pelo amor incondicional, carinho e incentivo aos meus estudos, por todo esforço e suor derramado para eu pudesse concluir uma graduação.

Ao meu pai, Francisco Benilson Ferreira, pelo exemplo de homem honesto, humilde e trabalhador. Por se fazer presente em todos os momentos, mesmo com todas as adversidades que a vida nos pôs. Pelo amor, compreensão e carinho que sempre me deu.

A minha irmã, Suenny de Lima Ferreira, e o meu, irmão Suellyson de Lima Ferreira, pelos conselhos, incentivos e pelo apoio dado em todos os momentos, principalmente nos que mais precisei.

A toda minha família, pelo incentivo e pelos lançamentos de boas energias para a minha realização profissional.

Aos meus amigos mais distantes e os mais próximos, que torcem pelo meu crescimento. Obrigado pela amizade, pelo ombro amigo e pelas aventuras já vividas.

A todos os Professores e Colegas que fizeram parte da turma 2010.2 do Curso de Ciências Contábeis, pelos ensinamentos e aprendizado.

Aos colegas de trabalho, pelo companheirismo, preocupação e incentivo. E ao meu chefe Cícero de Albuquerque Nunes, em especial, pela compreensão e apoio nessa jornada.

Ao professor Raul Ventura, pela orientação, paciência, presteza, dedicação e aprendizado que me proporcionou para a construção deste trabalho. Quero parabenizá-lo pelo excelente profissional que és.

Enfim, à todos que de alguma forma, colaboraram com a elaboração deste trabalho e realização deste sonho, agradeço de coração!

## RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso aborda sobre o uso do sistema público de escrituração digital por profissionais contábeis, mostrando a importância frente às mudanças tecnológicas que o projeto SPED impõe aos profissionais da área, tendo como principal objetivo identificar os impactos ocasionados com a implantação do SPED pelos referidos profissionais, sendo tal desígnio alcançado por meio do levantamento do perfil dos profissionais da área contábil e pela averiguação da existência de vantagens e desvantagens no uso do SPED. Inicialmente, o texto aborda a origem e evolução histórica do projeto SPED, como parte integrante do Programa de Assistência de Crescimento, que veio a possibilitar a modernização na sistemática existente entre a Administração Pública e o mundo empresarial, abordando posteriormente sua definição, bem como a composição do projeto em destaque, enfatizando sua importância na seara contábil empresarial. Discorre também apontamentos acerca do Sistema Público de Escrituração Digital, apresentando os subprojetos que o aperfeiçoam, bem como as funcionalidades que assistem o envio de informações ao fisco, permitindo um melhor controle das obrigações fiscais e contábeis das empresas por parte da Receita Federal. A técnica de pesquisa foi a bibliográfica, sendo a mesma descritiva e explicativa, cujos resultados obtidos se deram por meio de dados coletados a partir de um questionário, aplicado aos profissionais da área contábil das empresas das supracitadas cidades. Por fim, o trabalho conclui-se com a apresentação dos resultados conseguidos através das respostas emitidas pelos profissionais que se submeteram ao questionário, apontando o nível de preparação e conhecimento sobre o SPED, que de acordo com as informações emitidas, foi considerado pelos mesmos como sendo um sistema seguro, cujo principal impacto causado na área contábil das empresas foi à melhoria na qualidade de informações.

**Palavras-chave:** SPED, evolução histórica, definição, composição, impactos.

## **ABSTRACT**

This work addresses Completion of course on the use of digital public bookkeeping system for accounting professionals in accounting, showing the importance forward technological changes that SPED project imposes professionals tends as main objective to identify the impacts caused with the implantation of SPED by the referred professionals, being such purpose reached through the rising of the professionals' of the accounting area profile and for the verification of the existence of advantages and disadvantages in the use of SPED. Initially, the text approaches the origin and historical evolution of the project SPED, as integral part of the Program of Acceleration of Growth, that came to make possible the modernization in the systematic existent between the Public Administration and the business world, approaching his/her definition later, as well as the composition of the project in prominence, emphasizing his/her importance in the business accounting wheat field. It also discourses notes concerning the Public System of Digital Bookkeeping, presenting the subprojeting that you/they improve him/it, as well as the functionalities that attend the sending of information to the tax collection, allowing a better control of the fiscal and accounting obligations of the companies on the part of the IRS. The research technique was the bibliographical, being the same descriptive and explanatory whose obtained results if they gave through data collected starting from a questionnaire, applied to the professionals of the accounting area of the companies of the foregoing cities. Finally, the work is concluded with the presentation of the results gotten through the answers emitted by the professionals that underwent the questionnaire, pointing the preparation level and knowledge on SPED, that in agreement with the emitted information, it was considered by the same ones as being a safe system, whose main impact caused in the accounting area of the companies went to the improvement in the quality of information.

**Word-key:** SPED, historical evolution, definition, composition, impacts.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Resumo Escrituração Contábil Digital .....	24
<b>Figura 2-</b> Resumo Escrituração Fiscal Digital .....	25
<b>Figura 3-</b> Resumo Nota Fiscal Eletrônica .....	27

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Gênero dos participantes da pesquisa .....	31
<b>Gráfico 2</b> - Faixa etária dos participantes da pesquisa .....	32
<b>Gráfico 3</b> - Grau de escolaridade dos participantes da pesquisa .....	33
<b>Gráfico 4</b> - Tempo de atuação dos participantes da pesquisa .....	34
<b>Gráfico 5</b> - Atualização dos profissionais das empresas .....	35
<b>Gráfico 6</b> - Nível de conhecimento sobre o SPED .....	36
<b>Gráfico 7</b> - Nível de dificuldade das empresas perante o fisco .....	37
<b>Gráfico 8</b> - Segurança em relação o SPED .....	38
<b>Gráfico 9</b> - Avaliação dos impactos do SPED na empresa .....	40
<b>Gráfico 10</b> - Avaliação das desvantagens do SPED para a empresa .....	41
<b>Gráfico11</b> - Avaliação das vantagens do SPED para a empresa .....	42

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1-</b> Opinião dos profissionais entrevistados sobre os impactos do SPED na área contábil da empresa .....	39
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AFPS</b>	Auditor Fiscal da Previdência Social
<b>CNAE</b>	Classificação Nacional de Atividade Econômica
<b>CONFAZ</b>	Conselho Nacional de Política Fazendária
<b>CT-e</b>	Conhecimento Transporte Eletrônico
<b>DANFE</b>	Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
<b>DIPJ</b>	Declaração de Informações Econômicas Fiscais da Pessoa Jurídica
<b>ECD</b>	Escrituração Contábil Digital
<b>EFD</b>	Escrituração Fiscal Digital
<b>E-Lalur</b>	Livro de Apuração do Lucro Real Eletrônico
<b>FCONT</b>	Controle Fiscal e Contábil da Transição
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
<b>IPI</b>	Imposto sobre Produtos Industrializados
<b>MANAD</b>	Manual Normativo de Arquivos Digitais
<b>NF-e</b>	Nota Fiscal Eletrônica
<b>NFS-e</b>	Nota Fiscal Serviço Eletrônico
<b>PAC</b>	Programa de Aceleração Crescimento
<b>PGA</b>	Programa Gerador de Escrituração
<b>PVA</b>	Programa Validador e Assinador
<b>RFB</b>	Receita Federal do Brasil
<b>SINTEGRA</b>	Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços
<b>SPED</b>	Sistema Público de Escrituração Digital
<b>SRF</b>	Secretaria da Receita Federal
<b>SUFRAMA</b>	Superintendência da Zona Franca de Manaus

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	13
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E PROBLEMÁTICA .....	13
1.2 OBJETIVOS .....	15
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	15
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
1.3 JUSTIFICATIVA.....	15
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
1.4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	17
1.4.2 UNIVERSO E AMOSTRA.....	18
1.4.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	19
2.1 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED .....	19
2.1.1 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL(ECD) .....	23
2.1.2 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL (EFD) .....	24
2.1.3 NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e) .....	26
2.1.4 NOTA FISCAL DE SERVIÇOS(NFS-e).....	28
2.1.5 CONHECIMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO (CT-e).....	29
2.1.6 CONTROLE FISCAL E CONTÁBIL DE TRANSIÇÃO (FCONT) .....	29
2.1.7 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL (ECF).....	30
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	31
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	43
REFERÊNCIAS .....	45
APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFISSIONAIS DA ÁREA CONTÁBIL DAS EMPRESAS DO RAMO DE ATACADO DE CARNES E FRIOS DA CIDADE DE CAJAZEIRAS – PB E SOUSA – PB .....	49
ANEXO A – LISTA DAS EMPRESAS DO RAMO DE ATACADO DE CARNE E FRIOS DA CIDADE DE CAJAZEIRAS – PB E SOUSA – PB CONFORME O CNAI.....	54

## 1.INTRODUÇÃO

### 1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E PROBLEMÁTICA

O mundo empresarial a cada dia que passa, convoca os profissionais da contabilidade a evoluírem de maneira idêntica aos contornos da tecnologia e dos novos moldes da economia, trazendo para os profissionais dessa área, a oportunidade de redirecionar suas atividades calcando-se nos inúmeros avanços tecnológicos.

A evolução da tecnologia da informação e a agilidade na circulação e troca de dados estão modificando de maneira significativa o panorama econômico e empresarial, ocasionando impactos expressivos nas relações sócio empresariais, devendo o profissional da contabilidade estar preparado e atento para esse novo cenário de constantes mudanças.

Diante desse quadro atual, um novo tratamento dado às informações começou a fazer parte das táticas de gestão das empresas, ocasionando, conseqüentemente, uma série de modificações na contabilidade, que cada vez mais vem se atualizando em virtude das exigências por um trabalho mais rápido e eficaz, tanto para as empresas quanto para o governo, que opera como órgão de controle e fiscalização das atividades empresariais.

O uso de novos acessórios como aliados a este novo mundo globalizado contribuiu de forma significativa para uma melhor desenvoltura do papel do contador, uma vez que o uso de computadores e sistemas cada vez mais modernos proporcionou uma maior agilidade na análise de dados, sendo necessário apenas atualizar o banco de dados, fazendo com que o profissional contábil analise as informações que venham a surgir de forma mais hábil e rápida.

O processo de escrituração contábil, que em tempos pretéritos era feito manualmente, foi substituído pelo mecânico e, logo adiante, pelo eletrônico. Com o avanço da era digital, o governo instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital-SPED, que tem como desígnio a substituição dos livros contábeis e fiscais por livros de escrituração digital, passando a ser exigido legalmente desde 2007.

Esse Sistema de Escrituração Contábil foi instituído pelo Decreto nº 6.022/2007 que o definiu como sendo um “instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração

comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias” com acesso às informações de maneira computadorizada.

O SPED pode ser avaliado como o principal meio de fiscalização governamental, ao informatizar a relação entre o fisco e o contribuinte, sendo de suma importância junto aos órgãos tributários, podendo auxiliar no combate a sonegação fiscal. Segundo os dados obtidos passa dos R\$ 300 bilhões de reais, esse valor supera os gastos do governo com a educação, vale salientar que este sistema pode fornecer tanto com a classe contábil, quanto com a sociedade. (QUANTO CUSTA O BRASIL, 2015).

Diante da obrigatoriedade do uso do SPED pelas empresas, surgiu a necessidade de se estudar, de forma mais aprofundada, acerca da utilização desse novo mecanismo por profissionais da contabilidade nas empresas do ramo de atacado de carnes e frios das cidades de Cajazeiras e Sousa, ambas do Estado da Paraíba, questionando-se principalmente os impactos advindos com o uso dessa tecnologia.

Para um entendimento lógico e sequencial, a presente monografia foi desenvolvida em 3 capítulos:

O primeiro, abordando as noções introdutórias com uma breve apresentação da temática, os objetivos da pesquisa, a justificativa, a problemática pesquisada e a metodologia adotada na mesma.

O segundo trata acerca do levantamento bibliográfico, como todas as informações necessárias ao melhor entendimento no uso do SPED, enfatizando os tipos de escrituração digital, de notas fiscais, conhecimentos de transporte eletrônico e todo o controle contábil eletrônico.

E por último, a apresentação e análise dos resultados apresentados com o questionário que foi aplicado às empresas do ramo de atacado de carnes e frios das cidades de Cajazeiras e Sousa, assim como as considerações finais acerca da temática abordada.

Conforme o exposto e tendo em vista que desde o ano de 2007 o projeto SPED vem se tornando obrigatório para as empresas brasileiras, em virtude do Decreto nº 6.022/2007, formulam-se pontos relevantes sobre o uso dessa tecnologia, tendo como problemática o seguinte questionamento: **Quais os impactos advindos com a implantação do Sistema de Escrituração Digital – SPED- na área contábil das empresas do ramo de atacado de carnes e frios das cidades de Cajazeiras e Sousa-PB?**

## **1.2 OBJETIVOS**

### *1.2.1 Objetivo Geral*

Analisar os impactos advindos da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na área contábil das empresas do ramo de atacado de carnes e frios da cidade de Cajazeiras e Sousa – PB.

### *1.2.2 Objetivos Específicos*

- Apontar conceitos necessários ao entendimento acerca da implantação do SPED, bem como as mudanças advindas desde a sua implantação;
- Verificar o nível de conhecimento desses profissionais a respeito do SPED;
- Identificar os impactos que ocorreram na área contábil das empresas a partir da implantação do SPED;

## **1.3 JUSTIFICATIVA**

A temática escolhida mostra-se de grande valia no contexto sócio contábil, uma vez que, com a criação do SPED houve diversas mudanças nas relações entre as empresas e governo, o que acabou revolucionando as estruturas empresariais.

A relevância que justifica o interesse pelo tema é a demonstração de que com a adesão por parte das empresas ao programa SPED, uma série de modificações se mostraram necessárias à adequação do cumprimento legal e ao atendimento das premissas estabelecidas pelos entes estatais.

A adoção de novos métodos, principalmente no que atinge a gestão empresarial é vista como um grande desafio para as empresas, justamente pelo fato das mudanças serem obrigatórias e a não adequação das empresas às regras impostas pelo SPED acarreta multas e as mesmas poderão ter seu funcionamento prejudicado, causando danos e afetando direta ou indiretamente a cadeia sobre a qual ela está inserida no mercado.

O controle gerencial se mostra de grande importância à implantação desse sistema tributário, que como já apontado, demanda uma mudança no comportamento gerencial das entidades empresariais no que se refere à preocupação de possuírem informações seguras para possíveis tomadas de decisões e conseqüentemente, poderem repassar dados verídicos ao fisco.

Segundo Moura (2002, p. 33) “A Contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter um controle permanente do patrimônio da empresa.” Sendo assim, a ciência que estuda o patrimônio, sendo relevante no fornecimento de informações relevantes para a tomada de decisão por parte dos seus diversos usuários.

Também existe uma grande responsabilidade por parte do profissional contábil ao enviar as informações ao fisco, o qual exerce um papel essencial e de grande importância ao empresário, vez que, ele é o agente responsável por manter, organizar e assinar pelos balanços contábeis da instituição, mais essas informações só será possível através da transmissão por porte do contador com o certificado digital, documento hoje indispensável para a área contábil.

O estudo que contempla o SPED é importante por ser uma ferramenta tecnológica utilizada pelo governo no controle das atividades comerciais desenvolvidas pelas empresas, que são obrigadas, por força de legislação, a prestar contas por meio desse sistema. Também, sobre a responsabilidade do profissional contábil tem ao enviar as informações fato este que surgiu a curiosidade de pesquisar a interação que os profissionais contábeis do ramo de atacado de carnes e frios tem com esta nova ferramenta.

As cidades de Cajazeiras e Sousa - PB foram escolhidas como locais de coleta de dados para a realização do presente estudo devido o fato das mesmas serem duas cidades polo no Alto Sertão da Paraíba, em termos de relevância econômica e cultural, assim como por questões de acessibilidade.

## 1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 1.4.1 Classificação da Pesquisa

A metodologia tem como principal intuito de propor métodos e técnicas de abordagens que possam facilitar o procedimento da realização da pesquisa. Para GIL (2010,p.17) “Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.”

Deste modo, quanto aos procedimentos adotados, foi utilizada a pesquisa bibliográfica que tem por base material publicado em livros, revistas e redes eletrônicas acessíveis ao público, obtendo-se portanto os dados através de fontes secundárias. Gonsalves (2011,p.36), caracteriza pesquisa bibliográfica como sendo aquela feita “pela identificação e análise dos escritos em livros, artigos de revistas, dentre outros. Sua finalidade é colocar o investigador em contato com o que se produziu do seu tema de pesquisa”.

A pesquisa classifica-se ainda como descritiva e explicativa, uma vez que se busca estudar e compreender os elementos que proporcionam os impactos da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

Para BEUREN,(2008, p.81), “a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles”

A pesquisa é explicativa, na medida em que busca entender o porquê dos fatos ocorridos. Segundo Gil (2007, p. 43) “pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado”.

Quanto à natureza da pesquisa, está apresenta um caráter qualitativo, pois busca-se a obtenção de dados descritivos. Richardson (2009, p.80) argumenta que: “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”, pois tem como principal foco descrever os impactos a partir da implantação do SPED.

Nessa linha de entendimento, num primeiro instante, os resultados foram alcançados por meio de questionários e organizados sob a forma de gráficos e tabelas para um melhor

entendimento do leitor. Num momento posterior, foi feita a análise dos dados obtidos, relacionando-os com um estudo bibliográfico, cuja finalidade foi a obtenção de resultados que contribuíssem com o alcance dos objetivos propostos.

#### **1.4.2 Universo e Amostra**

O universo da pesquisa foi composto pelos profissionais contábeis das cidades de Cajazeiras e Sousa, responsáveis pelos envios de informações contidas nas obrigações acessórias do SPED das empresas atacadistas de carnes e derivados de outros animais. A amostra da pesquisa é constituída pelas empresas localizadas nas cidades de Cajazeiras e Sousa.

A amostragem utilizada na pesquisa foi do tipo não probabilístico por acessibilidade.

#### **1.4.3 Procedimentos de coleta e análise dos dados**

Para a coleta dos dados foi utilizado um questionário composto por 12 questões objetivas, que se encontra no Apêndice A.

O supracitado questionário foi elaborado com questões que pudessem responder aos objetivos propostos pela pesquisa. Os questionários foram aplicados no período de 02 a 04 de janeiro de 2015 nas empresas da cidade de Cajazeiras – PB e no período de 08 a 15 de janeiro de 2015 nas empresas da cidade de Sousa – PB.

Os dados para análise foram todos tabulados e organizados em planilhas do programa MS Excel 2007, que também serviram para criação dos gráficos da pesquisa. Em seguida, os dados foram todos transferidos para o programa MS Word 2007, a fim de serem apresentados neste trabalho.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Sistema Público de Escrituração Digital - SPED:

Há muito tempo, as autoridades fiscais passaram a ter ciência de que os índices de sonegação só seriam reduzidos se houvessem uma maior fiscalização do contribuinte por parte do Governo, e de acordo com o entendimento da Receita Federal do Brasil-RFB, quanto maior a presença do fisco na vida do contribuinte, melhor seria o resultado obtido.

Aduziu a Receita Federal em informativo sobre análise das arrecadações que em 2007 sobreveio a unificação entre a Secretaria da Receita Federal e Secretaria da Receita Previdenciária organizando-se em um único órgão chamado Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o desígnio de melhorar e oferecer uma maior eficiência e efetividade na administração tributária brasileira, mediante a integração e racionalização de esforços e recursos e pela aquisição de sinergia entre setores, unidades organizacionais, processos, bem como grupos de trabalho.

A RFB tem moldado seu desempenho no sentido de alargar a percepção de risco mediante uma maior presença do fisco, de fortalecer o trabalho de combate aos ilícitos tributários e aduaneiros e de produzir uma maior celeridade na resolução de demandas fiscais, ao mesmo tempo em que busca promover o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias, com o escopo de conservar o andamento regular de arrecadação em consonância com o potencial legal e de reaver os débitos constituídos e não saldados.

A ampliação da presença do fisco no cotidiano do contribuinte foi um dos grandes desafios encarados pelas autoridades fiscais, uma vez que, seria necessário a utilização da tecnologia da informação e do conhecimento científico para instituir um sistema fiscal apto à realizar de maneira rápida operações de grande porte.

A aplicação desses novos paradigmas se deu de forma gradativa. De acordo com Duarte (2011, p.67), no tocante as pessoas jurídicas, a primeira grande manifestação do perfil informatizado do fisco brasileiro foi o Sistema Integrado de informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços – SINTEGRA – inspirada numa metodologia pioneiramente adotada na União Europeia, sendo no Brasil instituída pelo Convênio ICMS 78/97 e aprovada pelo Conselho Nacional da Política Fazendária - CONFAZ.

Ainda assim, tais informações careciam de um tratamento mais adequado por parte do fisco. Com isso, no ano de 2000, foi editado o Plano Plurianual – Lei 9.989/00, que ressaltava o Programa de modernização das Administrações Tributárias e Aduaneiras.

A partir de então, a Secretaria da Receita Federal no ano de 2001, publicou a Instrução normativa nº 86, na qual aduziu expressamente que as pessoas jurídicas que empregarem sistemas de processamento eletrônico de informações para assentar negócios e atividades econômicas ou financeiras, fazer escrituração de livros ou preparar documentos de natureza contábil ou fiscal, estão compelidas a conservar, à disposição da Secretaria da Receita Federal (SRF), os referidos arquivos digitais e sistemas, pelo prazo decadencial constante nas leis tributárias.

Em dezembro de 2003, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 42, que inseriu o inciso XXII, no art. 37, da Constituição Federal de 1988 determinando que a administração pública, seja ela direta e indireta, de todo e qualquer dos Poderes dos Entes Federativos, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Além disso, as administrações tributárias de tais entes federados, as atividades essenciais ao funcionamento do Estado, desempenhadas por funcionários de carreiras específicas, terão recursos prioritários para efetivação de suas atividades e agirão de maneira interligada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, nos contornos da lei ou convênio.

Já em 2004, segundo a Receita Federal, foi realizado em Salvador o I Encontro Nacional dos Administradores Tributários – ENAT, que laureou o surgimento do Projeto de Escrituração Digital, discutindo acerca das novas experiências que seriam vivenciadas pela Administração Tributária diante desse novo método de trabalho.

O Encontro teve como finalidade primordial procurar soluções conjugadas nas três esferas de Governo que gerassem uma máxima integração administrativa, uniformização, bem como uma melhor qualidade dos dados, além da redução de custos e da carga de trabalho funcional no atendimento; maior eficácia da fiscalização; maior possibilidade de realização de ações fiscais coordenadas e integradas; maior probabilidade de permuta de informações fiscais entre as esferas governamentais; cruzamento de informações em larga escala com informações e procedimentos padronizados.

Em 2005, para complementar Instrução Normativa nº 86, foi expedida pela Secretaria da Receita Previdenciária a Portaria nº 58/2005, que instituiu e aprovou o Manual Normativo de Arquivos Digitais – MANAD, estabelecendo que a empresa que usa o sistema de

processamento eletrônico de dados para a feitura do registro de negócios e atividades econômicas, escrituração de livros ou feituas de documentos de caráter fiscal, contábil, previdenciária e trabalhista, quando intimada por Auditor-Fiscal da Previdência Social (AFPS), terá o dever de exibir uma completa e atualizada documentação acerca de seus sistemas, assim como os arquivos digitais contendo dados concernentes aos seus negócios e atividades econômicas, ressalvadas as orientações e especificações contidas no referido manual aplicado à fiscalização da secretaria da receita previdenciária.

Ainda no ano de 2005, segundo o site da Receita Federal, ocorreu em São Paulo o II ENAT, fazendo parte dele o Secretário da Receita Federal, os Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal, e os representantes das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais, objetivando dar real efetividade as tarefas de interação entre os mesmos, subscrevendo os Protocolos de Cooperação nº 02 e nº 03, com o intuito de ampliar e hastear o Sistema Público de Escrituração Digital e a Nota Fiscal Eletrônica.

No mesmo norte das ações constantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que se propõem a extra impossíveis empecilhos administrativos e burocráticos ao crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, o SPED, desenvolvido como parte integrante do PAC, também passou a tentar ajustar melhor o recinto de negócios para o país, permitindo a modernização das técnicas de interação entre a administração pública e o mundo empresarial.

Sendo leal a essa convergente tendência digital, o governo brasileiro lançou assim, no dia 22 de janeiro de 2007, o projeto do SPED, para proporcionar a conexão dos sistemas de fiscalização e arrecadação, unificando as obrigações acessórias para os contribuintes e tornando mais célere a assimilação dos ilícitos tributários.

É de grande notoriedade que o intuito do governo com a implantação desse programa foi justamente intensificar o controle na arrecadação dos tributos por parte dos contribuintes, acompanhando o máximo possível a rotina das empresas acerca de suas obrigações fiscais e contábeis.

Segundo Duarte (2009,p.98) a implantação do SPED constitui a inclusão das autoridades fiscais na Era do Conhecimento e esse movimento dirige toda a sociedade na mesma trilha. Essa nova Era é caracterizada pela grande influência das aptidões do homem no tocante ao uso da tecnologia para se conseguir informações, examiná-las, condensá-las, elucidá-las e comunicá-las, seja no processo de geração de riqueza ou no de sua mensuração.

Com o surgimento do SPED as obrigações fiscais por parte das empresas ficaram mais acessíveis ao fisco. O funcionamento desse novo programa implantado pelo governo deixou claro o seu papel na unificação das atividades de armazenamento, validação e recepção de dados além de autenticação de livros fiscais e contábeis e documentos das empresas societárias.

O SPED – Sistema Público de Escrituração Digital foi instituído pelo Decreto-lei nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, que o conceitua como sendo um instrumento que associa as atividades de atendimento, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que compõem a escrituração contábil e fiscal, tanto dos empresários quanto das pessoas jurídicas, até mesmo as imunes ou isentas, por meio de fluxo único e computadorizado de informações.

Em linhas gerais, o SPED, segundo a Receita Federal do Brasil, consiste na atualização dos métodos usada atualmente na execução das obrigações acessórias, emitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, valendo-se da certificação digital com a finalidade de assinatura dos documentos eletrônicos, assegurando com isso validade jurídica aos mesmos apenas na sua forma digital.

A composição do SPED, de acordo com o Decreto-Lei nº. 6.022/2007 é composta pela Escrituração Contábil Digital, A Escrituração Fiscal Digital e a Nota Fiscal Eletrônica, sendo que todo procedimento de certificação e validação é realizado pela via digital e a responsabilidade pública pelo controle do mesmo é da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O SPED é formado por subprojetos, temos como aplicados e obrigatórios o SPED Contábil (ECD), SPED Fiscal (EFD), Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Escrituração Patrimonial (FCONT) e por fim, temos a Escrituração Contábil Fiscal (ECF). (RECEITA FEDERAL DO BRASIL)

Os projetos são apresentados a seguir.

### 2.1.1 Escrituração Contábil Digital (ECD)

Para Duarte (2009,p.35), a Escrituração Contábil Digital- ECD é o pilar contábil do SPED. De forma simplificada, é a geração de livros contábeis em meio eletrônicos, através de arquivo comum layout padrão e assinado com o certificado digital.

Segundo apresentado no site da RFB, a ECD pode ser definida de forma bem simples como sendo a substituição dos livros da escrituração mercantil pelos seus equivalentes digitais, correspondente na obrigação de transmitir, em versão digital os seguintes livros:

- I – livro Diário e seus auxiliares, se houver;
- II – livro Razão e seus auxiliares, se houver;
- III – livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2013)

A Escrituração Contábil Digital foi criada através da Instrução Normativa nº 787 de 19 de novembro de 2007, e é considerado a pilastra contábil do SPED.

Estão obrigados a Escrituração Contábil Digital:

- I – em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real;
- II – em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2014)

A ECD é transmitida anualmente ao SPED até o último dia útil do mês no seguinte ao ano-calendário a que se refere à escrituração. Para casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a ECD deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas extintas, fusionadas, incorporadas e incorporadores até o último dia útil do mês subsequente ao evento. (ECKERT et al, 2011).

A elaboração dos dados contábeis é feita pelo próprio sistema da empresa que gera o arquivo no modelo especificado pelo fisco; esses dados são validados pelo Programa

Validador e Assinador – PVA; após a validação o arquivo digital é enviado para o ambiente SPED através do programa disponibilizado pela Receita Federal. Concluída a transmissão é fornecido um recibo com informações importantes para a prática de atos posteriores.

Após o recebimento da ECD pelo ambiente SPED é emitido um resumo que é disponibilizado para a junta comercial competente. A ECD pode ser resumida na figura 1 apresentado na sequência.

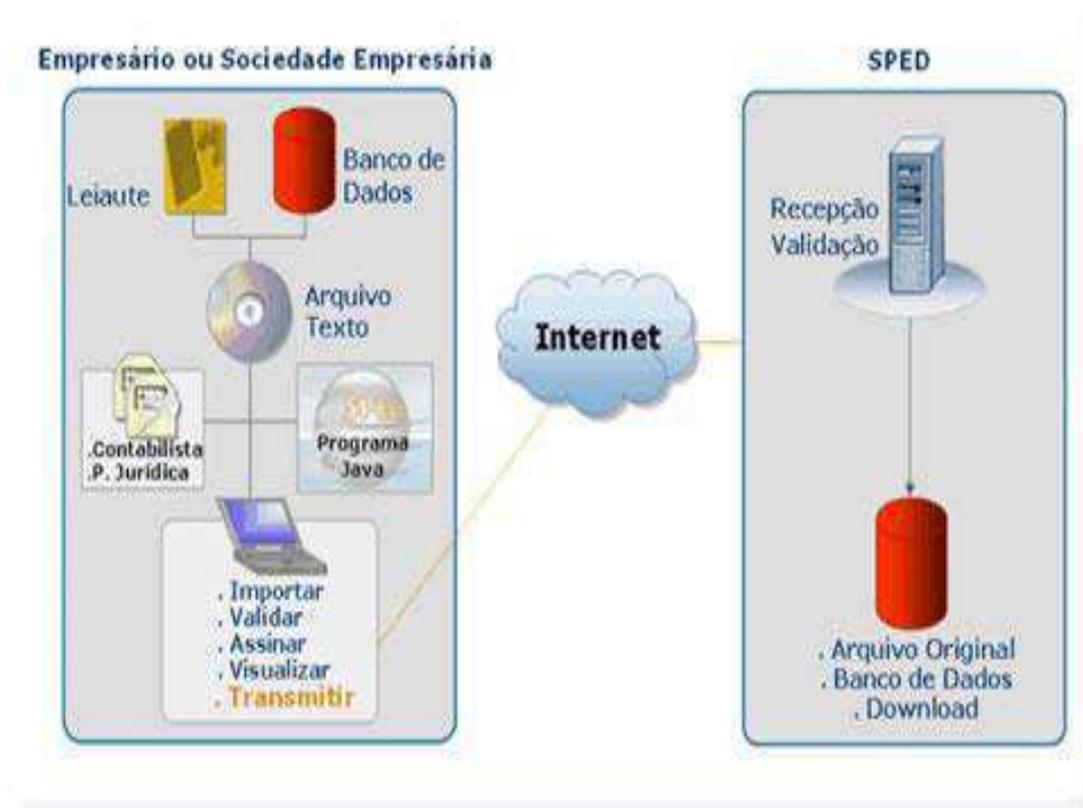


Figura1: Resumo Escrituração Contábil Digital

Fonte: <http://www.webmeta.com.br/conteudo/notafiscal/inde>

### 2.1.2 Escrituração Fiscal Digital (EFD)

A Escrituração Fiscal Digital – EFD é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de

apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Este arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, Via Internet, ao ambiente SPED.

A empresa deverá gerar um arquivo digital de acordo com layout estabelecido em ato COTEPE, informando todos os documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos federal e estadual, referentes ao período de apuração dos impostos ICMS e IPI. Este arquivo deverá ser submetido a importação e validação pelo Programa Validador e Assinado (PVA) fornecido pelo SPED. A EFD pode ser resumida na figura 2 apresentado na sequência. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2012).

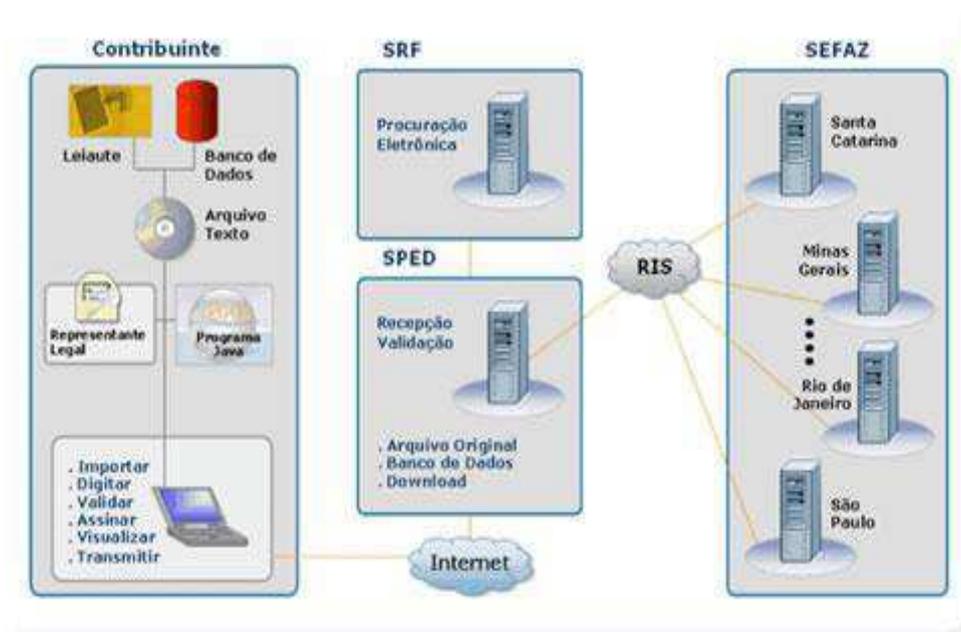


Figura2: Resumo Escrituração Fiscal Digital

Fonte: <http://www.webmeta.com.br/conteudo/notafiscal/index>

Os objetivos da EFD são:

- (1) Agrupar as diversas declarações e Livros Fiscais no menor número possível de declarações digitais;
- (2) Promover a atuação integrada dos fiscos federal, estaduais futuramente municipais, mediante padronização e racionalização das informações;
- (3) Rapidez na identificação de lícitos tributários.

Um dos benefícios da EFD é a substituição dos livros impressos por existência digital. Pode-se destacar a melhora no processo operacional, processo de fiscalização automática com a integração com o fisco e ainda a dispensa de apresentação do arquivo magnético IN 57/95 (Sintega). (ECKERT et al., 2011).

### **2.1.3 Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)**

Esta inovação tecnológica surgiu com o intuito de simplificar as obrigações por parte do contribuinte e ao mesmo tempo o fisco ter o poder de acompanhamento sobre o faturamento em tempo real das empresas.

O projeto para implantação do sistema de Nota Fiscal Eletrônica foi aprovado em 2004 e surge como proposta de substituição do modelo tradicional. O projeto consiste na alteração da sistemática atual de emissão de nota fiscal em papel, modelos 1 e 1A por nota fiscal de existência apenas eletrônica (digital). Esses modelos acabam servindo para identificar a entrada e saída de mercadorias, onde ambos apresentam um modelo padronizado que acabam identificando as informações referentes aos impostos de IPI ou ICMS.

Muller et al. (2007, p.19) relata sobre o projeto:

Esse projeto é justificado pela necessidade de investimento público voltado para a redução burocrática do comércio e das entrantes administrativas enfrentados pelos empresários do país, prevendo o investimento em tecnologia de forma a modernizar o parque tecnológico e o sistema de informação.

De maneira simplificada, a empresa emissora de NF-e gerará um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da operação comercial, o qual deverá ser assinado digitalmente, de maneira a garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor.

Este arquivo eletrônico, que corresponderá à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), será então transmitido pela Internet para a Secretaria da Fazenda da jurisdição do contribuinte que fará uma pré-validação do arquivo e devolverá um protocolo de recebimento (Autorização de Uso), sem o qual não poderá haver o trânsito da mercadoria. A NF-e também será transmitida para a Receita Federal, que será repositório nacional de todas as NF-e emitidas (Ambiente Nacional) e, no caso de operação interestadual, para a Secretaria de Fazenda de

destino da operação e Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), no caso de mercadorias destinadas às áreas incentivadas.

As Secretarias de Fazenda e a RFB (Receita Federal do Brasil), disponibilizarão consulta, através Internet, para o destinatário e outros legítimos interessados, que detenham a chave de acesso do documento eletrônico. Para acompanhar o trânsito da mercadoria será impressa uma representação gráfica simplificada da Nota Fiscal Eletrônica, intitulado DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), em papel comum, em única via, que conterá impressa, em destaque, a chave de acesso para consulta da NF-e na Internet e um código de barras bi-dimensional que facilitará a captura e a confirmação de informações da NF-e pelas unidades fiscais. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2012).

A NF-e pode ser resumida na figura 3 apresentado na sequência:

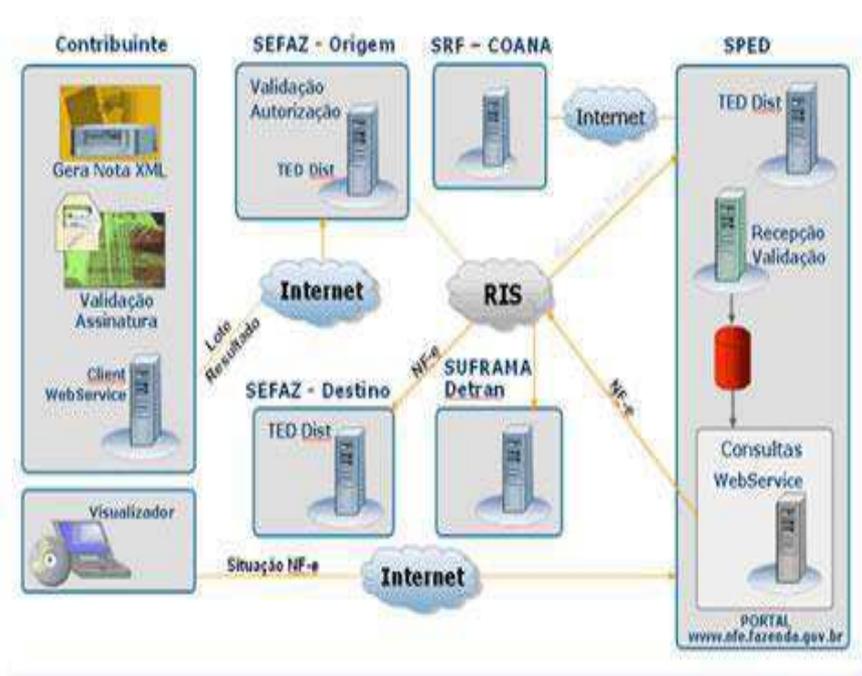


Figura3:Resumo da NF-e.

Fonte: <http://www.webmeta.com.br/conteudo/notafiscal/index>

A nota fiscal eletrônica acabou trazendo vários benefícios não só para os entes governamentais como também para o próprio contribuinte e até mesmo a sociedade como um todo.

Segundo o portal da nota fiscal eletrônica, o projeto NF-e tem os seguintes objetivos:

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;
- Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Receita Federal e demais Secretarias de Fazendas Estaduais;
- Fortalecimento da integração entre os fiscos, facilitando a fiscalização realizada pelas Administrações Tributárias devido ao compartilhamento das informações das NF-e;
- Rapidez no acesso às informações;
- Eliminação do papel;
- Aumento da produtividade da auditoria através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;

Possibilitou assim o cruzamento de informações, reduzindo ao máximo os erros nas emissões das notas fiscais e conseqüentemente aumentando o impacto de fiscalização por parte do fisco aos contribuintes.

#### **2.1.4 Nota Fiscal de Serviços Eletrônico (NFS-e)**

A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços é um documento digital de definição semelhante à NF-e, neste caso são as prefeituras e empresas conveniadas que são responsáveis pelo processo de registro e transmissão da informação ao ambiente SPED. Este documento é referente às operações de prestação de serviço visando padronizar e qualificar as informações além da redução dos custos, da dispensa da emissão e guarda de documentações em forma de papel. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2012.)

### **2.1.5 Conhecimento Transporte Eletrônico (CT-e)**

O Conhecimento de Transporte eletrônico (CT-e) foi instituído por meio do AJUSTE SINIEF 09/07, de 25/10/2007, trata-se de um tipo de documento fiscal eletrônico, que segundo a Receita Federal poderá ser utilizado para substituir um dos seguintes documentos fiscais:

- Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8;
- Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9;
- Conhecimento Aéreo, modelo 10;
- Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11;
- Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 27;
- Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7, quando utilizada em transporte de cargas.

CT-e é um documento de via digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma prestação de serviços de transportes, apresentar validade jurídica, é garantido por assinatura digital do emitente e a Autorização de uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2012).

### **2.1.6 Controle Fiscal e Contábil da Transição (FCONT)**

De concordata com a Instrução Normativa RFB nº 949/09, O FCONT é uma escrituração das contas patrimoniais e de resultado, em partidas dobradas, que considera os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007 e é imprescindível mesmo que se alcançados fora desse juízo crítico.

Ainda de acordo com a norma, para fins de registros acessórios, destinados imprescindíveis e somente às pessoas jurídicas sujeitas cumulativamente ao lucro real e ao Regime Tributário de Transição. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2012).

### **2.1.7 Escrituração Contábil Fiscal (ECF)**

A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) substitui a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), trata-se de uma inovação para as empresas obrigadas a entregar a ECD, pois permite a utilização dos saldos e contas da ECD para preenchimento inicial da ECF. Será obrigatório seu envio ao ambiente SPED, a partir de julho de 2015, com dados referentes ao exercício 2014/2015.

Segundo o Manual de Orientação do Leiaute da ECF,

São obrigadas ao preenchimento da ECF todas as pessoas jurídicas, inclusive imunes e isentas, sejam elas tributadas pelo lucro real, lucro arbitrado ou lucro presumido, exceto:

I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas; e

III - às pessoas jurídicas inativas de que trata a Instrução Normativa RFB no1.306. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2015).

### 3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após fundamentar teoricamente este trabalho, efetivou-se a análise dos resultados, a partir das informações colhidas pelos profissionais entrevistados através de questionários aplicados na amostra.

Foram ordenadas questões que avaliaram o perfil do profissional contábil, o seu grau de conhecimento sobre o SPED, as mudanças causadas para a profissão a partir da implantação do SPED e os impactos que o projeto proporcionou assim como também suas vantagens e desvantagens.

Os questionários foram aplicados em 7 (Sete) empresas do ramo de atacado de carnes e frios entre as cidades de Cajazeiras e Sousa. As respostas foram dadas pelos profissionais da área contábil, que utilizam o SPED. Abaixo, segue a análise propriamente dita:

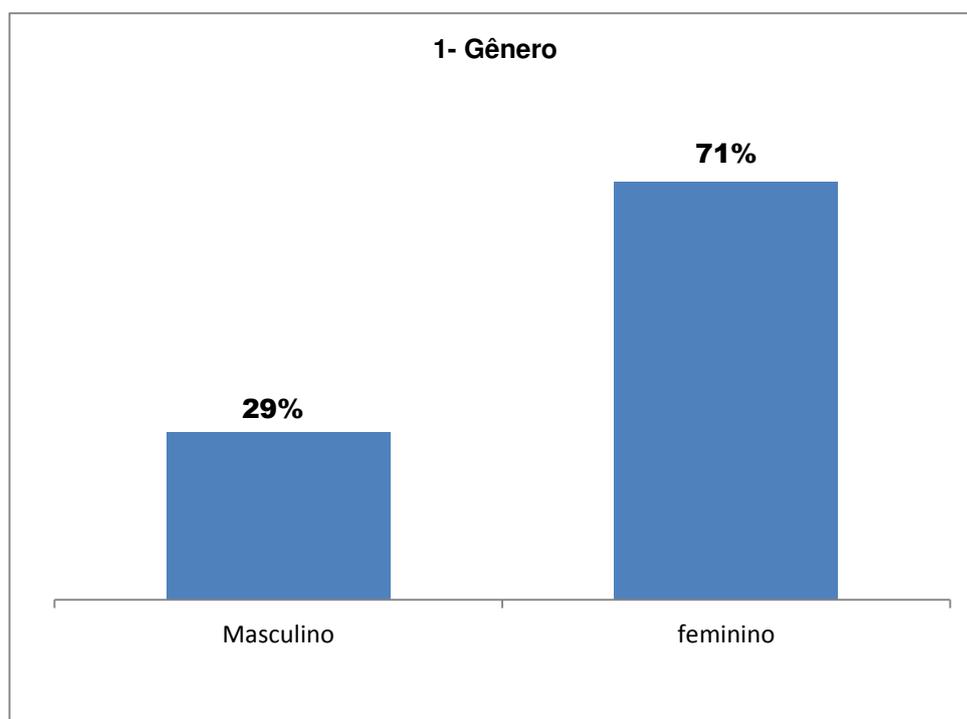


Gráfico 1 – Gênero dos participantes da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O gráfico 1 comprova o efeito obtido em relação ao gênero dos participantes. Avaliando o gráfico, observa-se uma maior representação de participantes do sexo feminino, visto que 71% dos participantes responderam ser do sexo feminino, enquanto apenas 29% responderam ser do sexo masculino. Verifica-se uma maioria absoluta de representantes mulheres, o que enfatiza a grande participação da mulher na profissão contábil e sua influência para o resultado final dos dados.

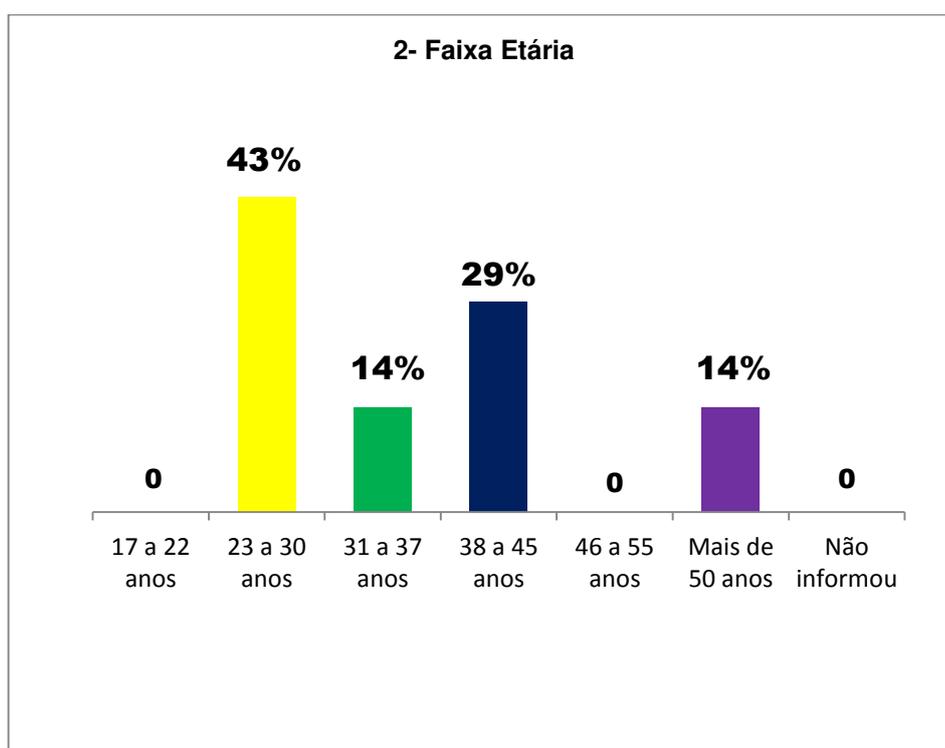


Gráfico 2 – Faixa Etária dos participantes da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O gráfico 2 defende os dados alcançados a pergunta relacionada a faixa etária dos participantes. Ressalto, através do gráfico, que 14% dos participantes responderam possuir entre 31 e 37anos, 14% mais de 50 anos, 29% entre 38 a 45 anos e 43% dos participantes disseram possuir entre 23 a 30 anos de idade. Compreendo através do gráfico que a pesquisa contou com a participação de pessoas de várias faixas etárias, desde os mais jovens até os mais maduros, sendo de grande valor para os objetivos propostos pela pesquisa.

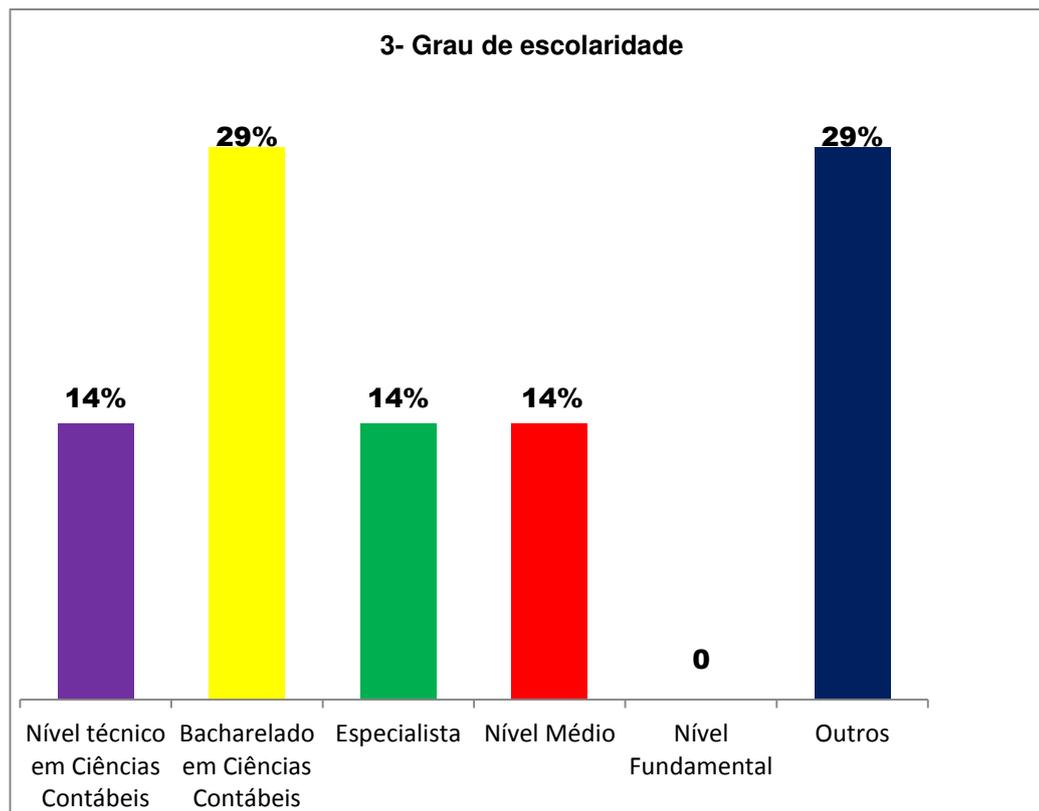


Gráfico 3 – Grau de escolaridade dos participantes da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O gráfico 3 confirma o resultado da pergunta sobre o grau de escolaridade dos participantes, o resultado alcançado aponta que 29% dos participantes possuem bacharelado em ciências contábeis e 29% possuem outras formações acadêmicas, 14% dos participantes falaram ter nível técnico em ciências contábeis, 14% especialista em alguma área e 14% nível médio. Observa-se através do gráfico que os respondentes de maior valia foram bacharéis em ciências contábeis e também os profissionais que possuem outros tipos formações acadêmicas, isso vem mostrar a grande preocupação que as empresas estão tendo em sempre buscar pessoas mais capacitadas e qualificadas para exercer atividade na área contábil das empresas.

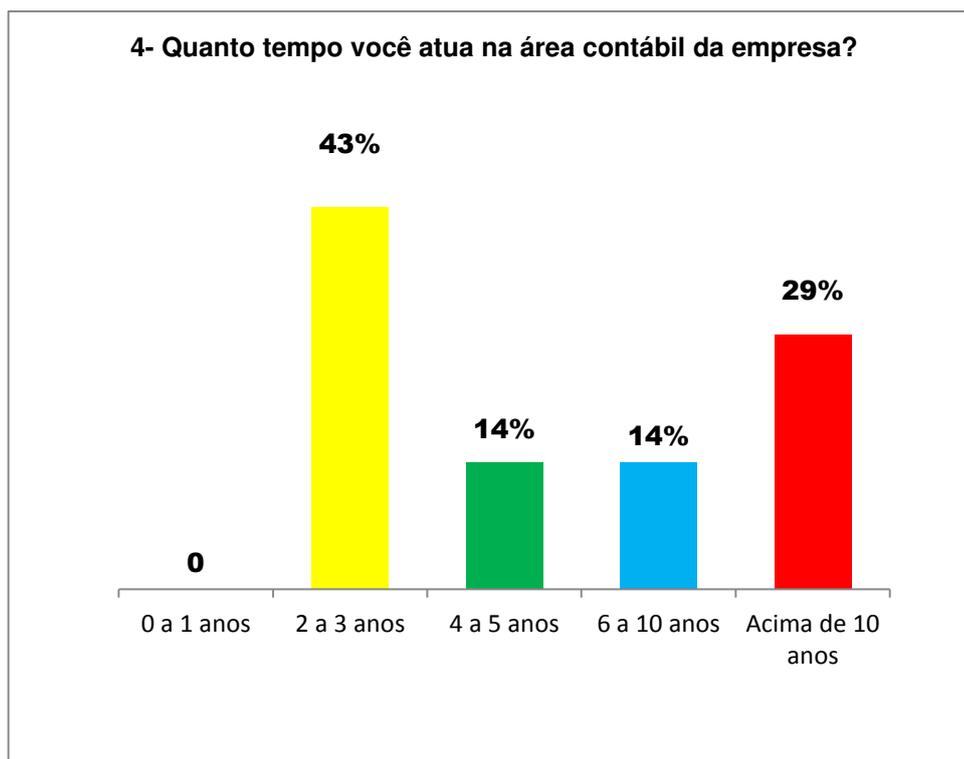


Gráfico 4 – Tempo de atuação dos participantes da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O gráfico 4 proporciona o resultado obtido na questão relacionada ao tempo de atuação do participante na área contábil da empresa. Visualizando o gráfico, verifica-se que 43% responderam ter de 2 a 3 anos de atividades tempo abio para o mesmo momento em que o SPED se tornou obrigatório, 29% afirma ter acima de 10 anos de atividades, por terem mais de 10 anos no mercado possa ser que os profissionais tenham dificuldades para se adaptar ao SPED, 14% de 4 a 5 anos de atividades, 14% de 6 a 10 anos de atividade na área contábil da empresa. Avaliando os dados alcançados, percebe-se que os questionários aplicados foram respondidos por profissionais desde os iniciantes até os mais experientes, sendo o objeto de estudo avaliado por pessoas de variado grau de amadurecimento na área contábil.

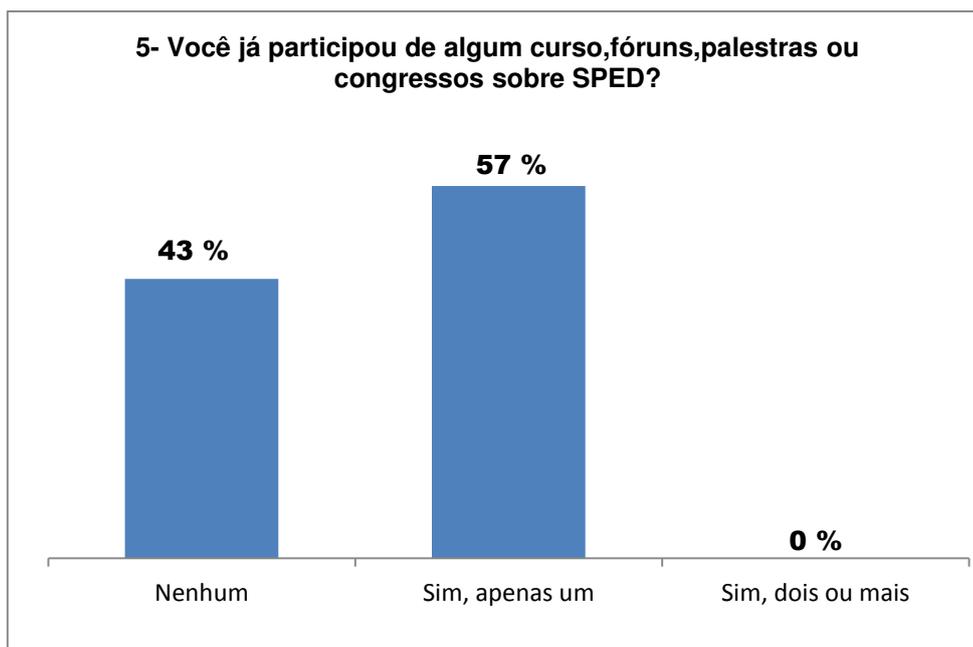


Gráfico 5 – Atualização dos profissionais das empresas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O gráfico 5 proporciona o resultado obtido na questão relacionada a participação dos entrevistados em algum curso, fóruns, palestras ou congressos sobre o tema SPED. Verifica-se que 57% responderam já ter participado de apenas um tipo, 43% dos participantes não participaram de nenhum tipo o que mostra a falta de atualização ainda sobre o tema para algumas pessoas da área contábil e nenhum dos participantes responderam ter participado de dois ou mais tipos de curso, fóruns, palestras ou congressos.

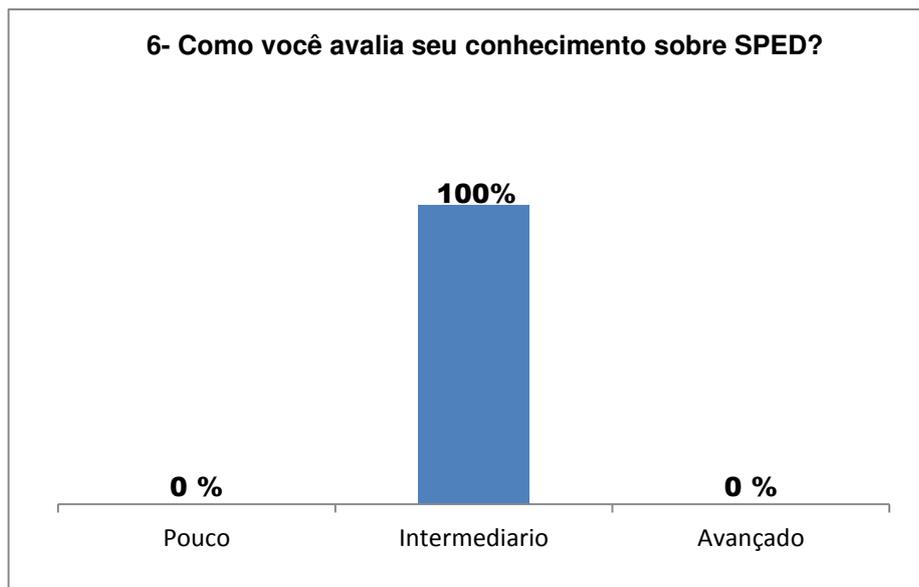


Gráfico 6 – Nível de conhecimento sobre o SPED.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O gráfico 6 avalia o nível de conhecimento dos participantes da pesquisa sobre o projeto SPED. Observa-se, através do gráfico que 100% dos participantes responderam ter um conhecimento intermediário. Analisando o gráfico, de acordo com o perfil traçado dos profissionais, pode-se, numa perspectiva mais abrangente, dizer que o projeto SPED possui muitas funções, visto que nenhum dos participantes disse ter um conhecimento mais avançado sobre o programa e nem pouco conhecimento.

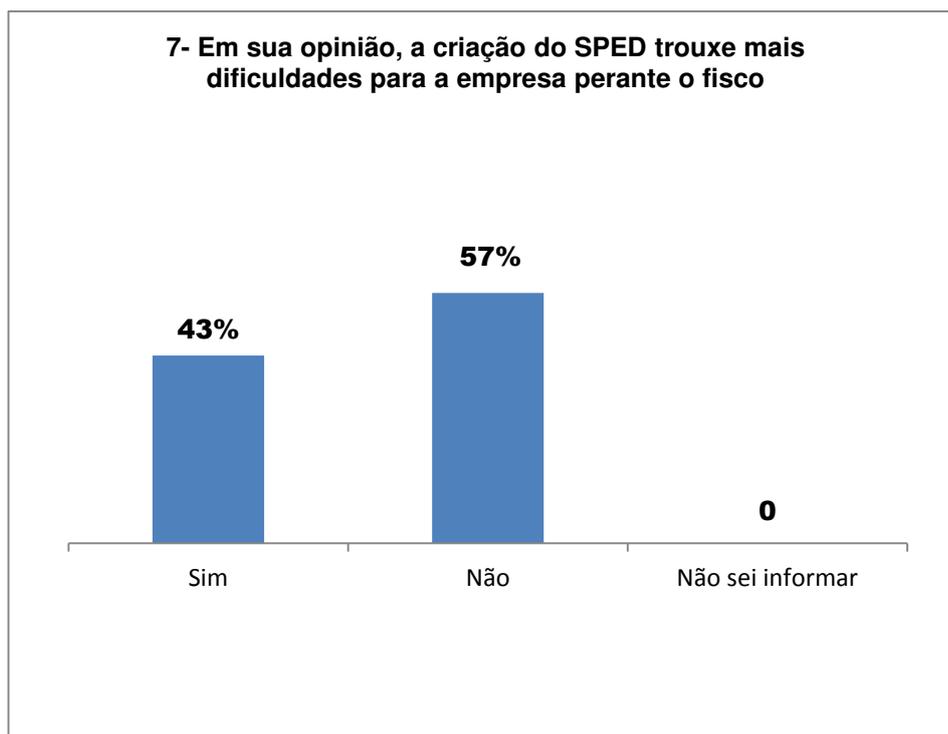


Gráfico 7 – Nível de dificuldade da empresa perante o fisco.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O gráfico 7, avalia o nível de dificuldade que o projeto SPED trouxe para as empresas do ramo de atacado de carnes e frios perante o fisco. Desses profissionais entrevistados 57% acham que o programa não trouxe nenhuma dificuldade para a empresa já em contrapartida 43% dos outros entrevistados acham que o projeto trouxe dificuldades sim para a empresa. Analisando os dados obtidos através dos gráficos podemos perceber que ainda o SPED para muitas empresas é bastante complicado de se trabalhar, pois por falta de atualizações das pessoas que estão envolvidas na área contábil da empresa acabam tendo dificuldades de operacionalizar o sistema.

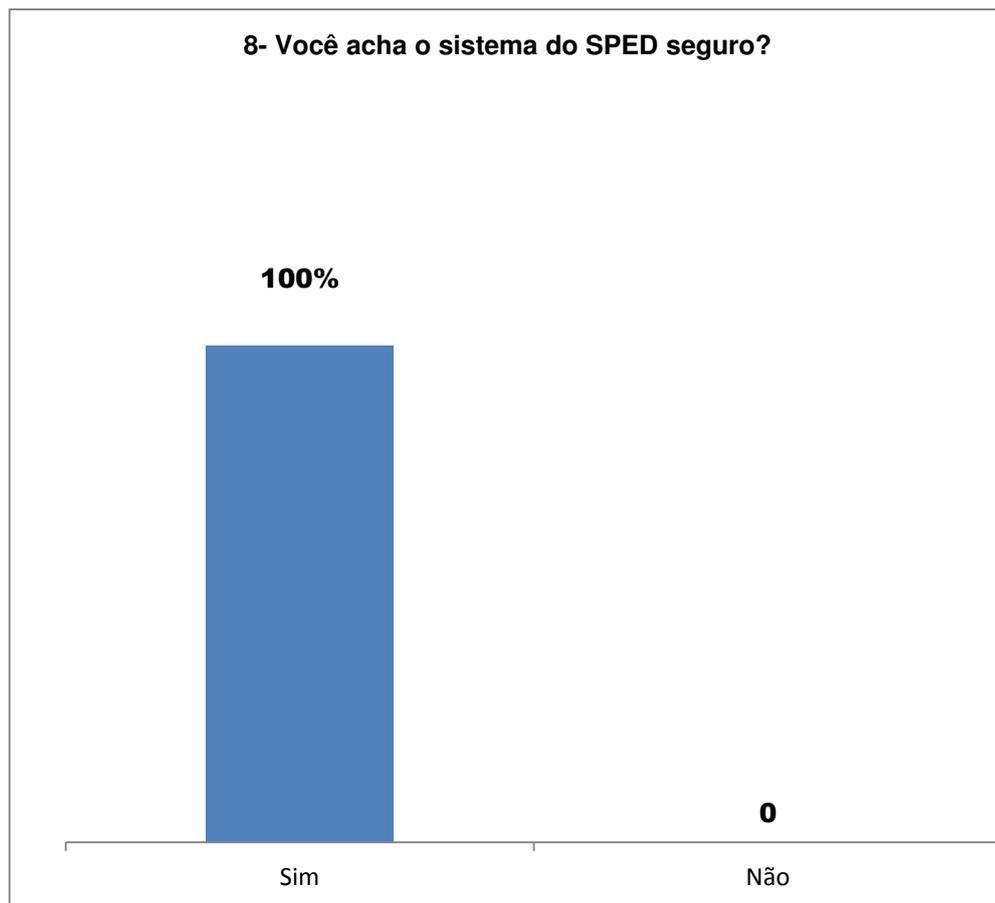


Gráfico 8 – Segurança em relação o SPED.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O gráfico 8 destacou que 100% dos profissionais entrevistados consideram o SPED um sistema seguro. Analisando os dados obtidos através dos gráficos, podemos perceber que os profissionais contábeis que usam a ferramenta do programa do SPED se sentem seguros em passar as informações para o programa, prova disto e que 100% dos entrevistados confia na segura provando a credibilidade do programa.

**Tabela 1 - Opinião dos profissionais entrevistados sobre os impactos do SPED na área contábil da empresa.**

<b>Opinião dos profissionais entrevistados sobre os impactos do SPED na área contábil da empresa</b>	<b>%</b>
Agilidade nos processos de faturamento e pagamento	29
Redução e simplificação no cumprimento das obrigações acessórias	14
Redução do tempo de parada dos caminhões das empresas nos postos fiscais	0
Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federativas	0
Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio as administrações tributárias	0
Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos	0
Melhoria da qualidade de informações	43
Redução de erros na emissão de notas fiscais	14
Diminuição de risco de fraudes	0
Diminuição de sonegação fiscal	0
Outros	0
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

Dos onze itens tabulados no quadro acima foram mencionados pelos entrevistados, 4 itens, dentre eles 43% acham que o principal impactos projeto SPED na área contábil da empresa foi na melhoria da qualidade de informações, já 29% dos entrevistados optaram pela agilidade nos processos de faturamento e pagamento, 14% disseram que foi na redução e simplificação no cumprimento das obrigações acessórias e 14% disseram que o principal impacto do projeto foi na redução de erros na emissão de notas fiscais. O projeto SPED causou muitos impactos para as empresa do ramo de atacado de carnes e frios, com esta nova era de informações, os impactos foram sentidos em varias areas das empresas desde a área fiscal quando se fala na questão de qualidade de informações até no setor de faturamento, onde as emissões por se ficaram mais rapidaz e eficaz diminuindo até os erros na hora da emissão.

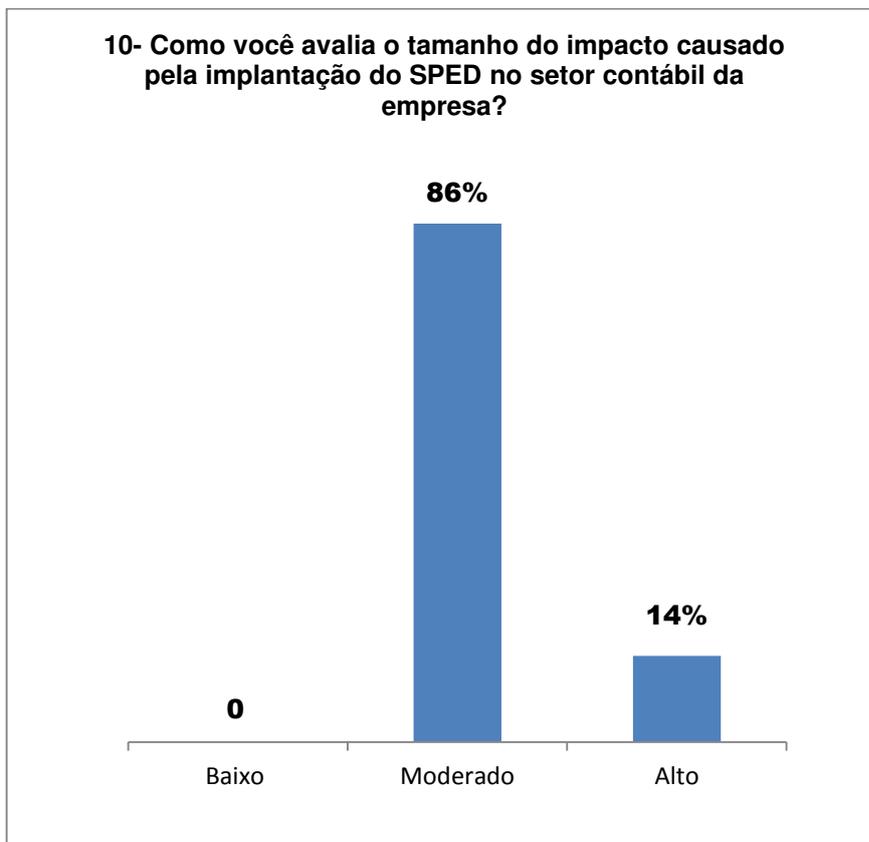


Gráfico 9 – Avaliação dos impactos do SPED na empresa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O gráfico 9 defende o resultado obtido da questão que pesquisou sobre o impacto da implantação do SPED no setor contábil das empresas. Observando o resultado alcançado, das assertivas aparelhadas, 86% responderam que causou um impacto moderado na área contábil da empresa, 14% disseram que causou um alto impacto e nenhum dos entrevistados optaram pelo baixo impacto. O SPED é um projeto bastante eficiente, sendo que seus impactos afetam diversas áreas das empresas desde o ato da compra de mercadorias por parte do gestor até a finalização do processo que cabe ao funcionário da área contábil.

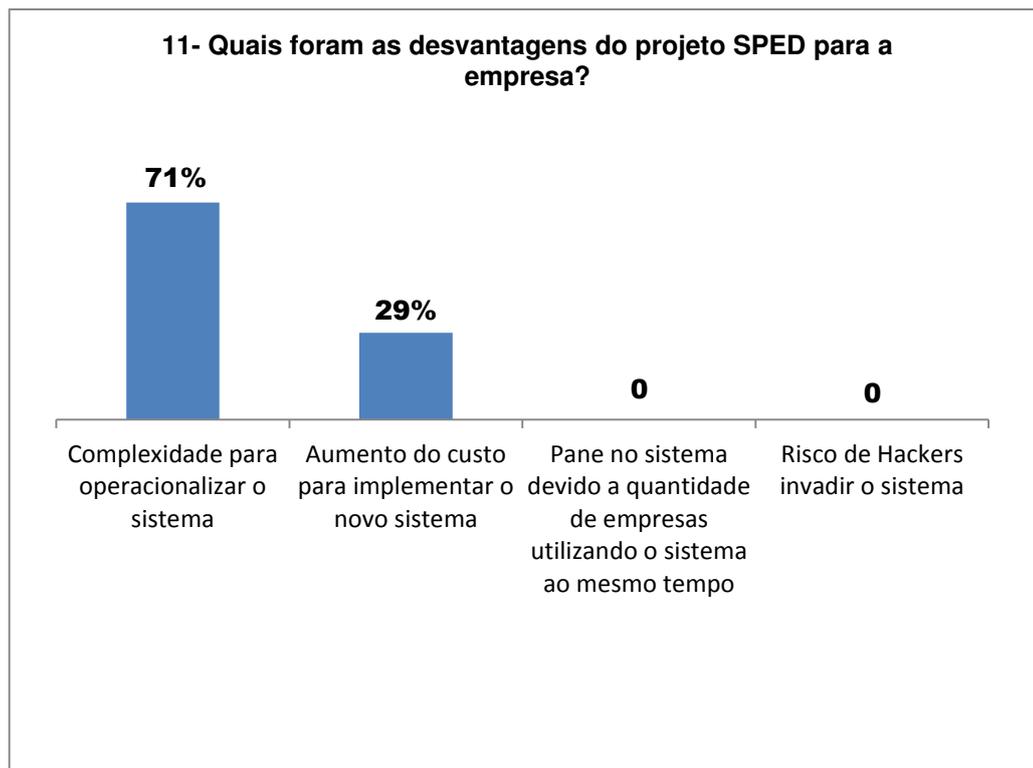


Gráfico 10 – Avaliação das desvantagens do SPED para a empresa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O gráfico 10 demonstra o resultado da questão que averigua sobre as desvantagens percebidas pelos entrevistados das empresas do ramo de atacado de carnes e frios da cidade de Cajazeiras – PB e Sousa – PB, após a implantação do SPED. Observando o gráfico percebe-se que 71% dos entrevistados optaram pela complexidade para operacionalizar o sistema, 29% optaram pelo aumento do custo para implementar o novo sistema, já nenhum dos entrevistados optaram pela opção de pane no sistema devido a quantidade de empresas utilizando o sistema ao mesmo tempo e também não optaram pelo risco de hackers invadir o sistema. Toda mudança traz uma série de efeitos, sejam elas vantajosas ou não, e o SPED mudou completamente a comunicação entre as empresas e o fisco, a principal dificuldade das empresas perante o fisco de se comunicarem é justamente tratada no gráfico pela complexidade de operacionalizar o sistema.

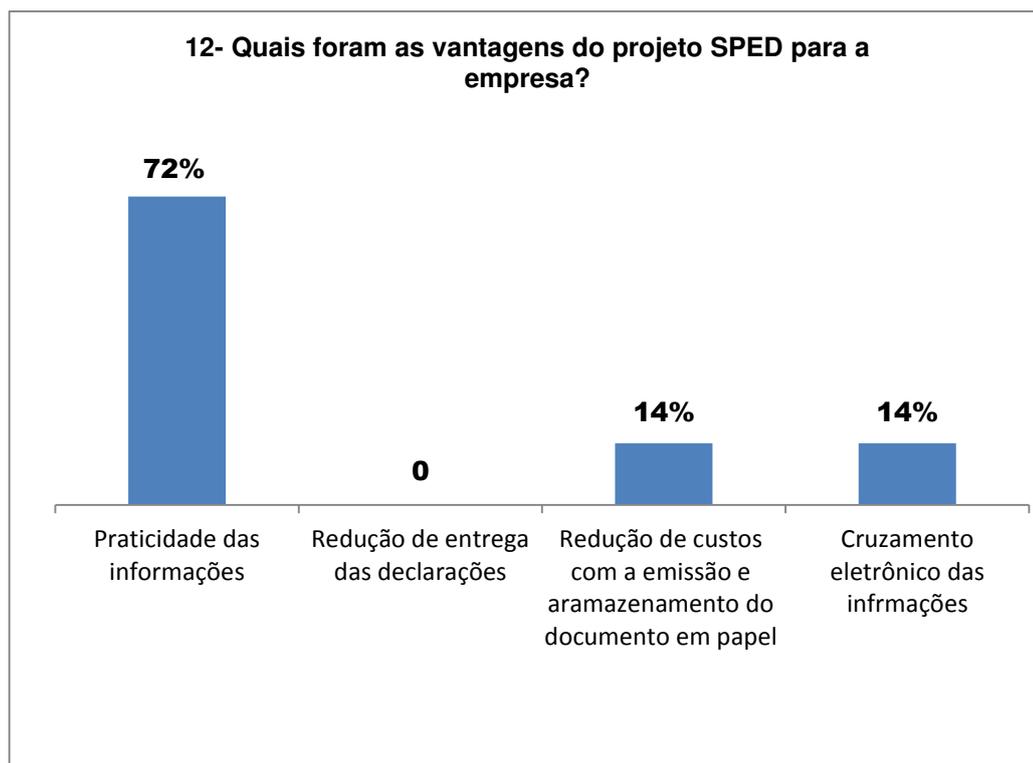


Gráfico 11– Avaliação das vantagens do SPED para a empresa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O gráfico 11 comprova os dados alcançados a partir da perquisição que busca saber quais são as vantagens do projeto SPED trouxe para as empresas do ramo de atacado de carnes e frios da cidade de Cajazeiras – PB e Sousa – PB. Dos participantes envolvidos na pesquisa 71% responderam pela praticidade das informações, 14% disseram pela redução de custos com a emissão e armazenamento do documento em papel, 14% dos participantes responderam pelo cruzamento eletrônico das informações e nenhum dos entrevistados optou pela redução de entrega de declarações como vantagem para a empresa. Analisando o gráfico, apreendo que a grande maioria dos envolvidos na pesquisa optou pela praticidade das informações como principal vantagem do SPED para a empresa, visto que este é o principal foco dos gestores para se tomar uma decisão baseado nas informações contidas no programa do SPED.

A seguir, na próxima seção descreve as considerações finais desta pesquisa.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema Público de Escrituração Fiscal-SPED é um projeto de grandes extensões que se estabelece em uma revolução caracterizada pela mudança do meio físico (papel) para o meio digital que sugerem expressivas mudanças visando favorecer todos os envolvidos no projeto, tanto para o governo como também para as empresas.

Em referência ao que foi averiguado, constatou-se que a implantação do SPED originou uma série de impactos para a profissão contábil e também para as partes envolvidas como as empresas obrigadas a fornecer informações a parti da vigência do programa, proporcionando, em adjacência gerais vantagens e também desvantagens, auferindo valor significativo a classe contábil. Apuro, no entanto, que algumas conjeturas do projeto não foram bem aceitos, ou que não tiveram influência na atividade.

Com base nos objetivos, destaco a falta de conhecimento dos profissionais da área contábil das empresas do ramo de atacado de carnes e frios sobre o programa SPED, onde é refletido no gráfico 6 que mostra que de todos os profissionais entrevistados responderam ter apenas um conhecimento moderado sobre o projeto, isto acaba demonstrando a falta de atualização de alguns profissionais com a parte envolvida a respeito do assunto.

A melhoria de qualidade de informações foi um dos impactos que mais se destacou em relação à área contábil das empresas do ramo de atacado e frios da cidade de Cajazeiras – PB e Sousa - PB, outro impacto percebido pelos profissionais foi a agilidade nos processos de faturamento e pagamento, mostrando assim a grande importância do projeto SPED no que diz respeito à agilidade de informações e prestações de serviços, como vantagens o que ganhou destaque foi a praticidade de informações e como desvantagem quem ganhou destaque foi a complexidade para operacionalizar o sistema.

Foi de grande importante fazer uma pesquisa com o tema relacionado ao SPED, por ser uma ferramenta usada na informatização da relação entre contribuinte e o fisco, como peça importante no processo de arrecadação de tributos no estado e no país, sendo que os profissionais envolvidos com o programa acabam sendo figuras chaves nesse processo, pois são o principal responsável pelo envio das informações ao sistema.

E importante a definição de esquemas de emergências já que estamos tratando de tecnologia torna-se imperioso prever ocorrências de falhas. Desse modo ações de prevenções tem que ser tomadas para que não se tenha problemas na hora de emissões de

notas fiscais ou até mesmo outros meios que precisem do funcionamento de certificação digital, tais como manter um estoque de formulários atualizados, dispor de um meio de conexão de banda larga alternativa, ter um gerador ou nobreak na falta de energia.

O projeto do SPED é tarefa de médio e longo prazo pelo fato de intervir em diversos setores das empresas, pensando nisso para ter atenção na observância dos prazos determinados pelo governo, a ordem é sempre começar o quanto antes as atividades de informações das empresas para que não se ultrapasse o prazo determinado e penas não sejam aplicadas às empresas.

Com as novas tecnologias e as constantes alterações das leis no âmbito contábil, cabe ao profissional contábil estar sempre buscando a adequação e capacitação, pois num futuro não muito distante, o SPED será obrigatório para todos os tipos de pessoas jurídicas, sendo assim só ficarão no mercado de trabalho aqueles que estiverem mais atualizados e capacitados.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria; SILVA, Tarcísio Pedro da. Informação contábil. In: RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide, organizadores. **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo; Atlas, 2008..

BRASIL, Receita Federal. **Análise da arrecadação das Receitas Federais – Dezembro de 2007**. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2007/AnalismensalDez07.pdf>>

Acesso em: 27 Dez. 2014.

BRASIL, Receita Federal. **Conheça o SPED: Apresentação**. Disponível em:

<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm>> Acesso em

19 Dez. 2014.

BRASIL, Receita Federal. **ENAT – Encontro de Administradores Tributários**.

Disponível em: [https://www.enat.receita.fazenda.gov.br/pt-](https://www.enat.receita.fazenda.gov.br/pt-br/area_nacional/encontros-nacionais/enat-encontro-nacional/boletins-informativos/1o-enat-salvador-bahia)

[br/area\\_nacional/encontros-nacionais/enat-encontro-nacional/boletins-](https://www.enat.receita.fazenda.gov.br/pt-br/area_nacional/encontros-nacionais/enat-encontro-nacional/boletins-informativos/1o-enat-salvador-bahia)

[informativos/1o-enat-salvador-bahia](https://www.enat.receita.fazenda.gov.br/pt-br/area_nacional/encontros-nacionais/enat-encontro-nacional/boletins-informativos/1o-enat-salvador-bahia) Acesso em: 15 dez. 2014

BRASIL, Receita Federal. // **ENAT – São Paulo-SP**. Disponível

em: [https://www.enat.receita.fazenda.gov.br/pt-br/area\\_nacional/encontros-](https://www.enat.receita.fazenda.gov.br/pt-br/area_nacional/encontros-nacionais/enat-encontro-nacional/boletins-informativos/ii-enat-sao-paulo-sp)

[nacionais/enat-encontro-nacional/boletins-informativos/ii-enat-sao-paulo-sp](https://www.enat.receita.fazenda.gov.br/pt-br/area_nacional/encontros-nacionais/enat-encontro-nacional/boletins-informativos/ii-enat-sao-paulo-sp)> Acesso

em: 15. Dez. 2014.

BRASIL, Receita Federal. **Instrução Normativa RFB nº 1420 de 19 de dezembro de 2013**. D.O.U. de 20/12/2013 Disponível em:

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=48709>> Acesso em 18 Dez. 2014.

BRASIL, Receita Federal. **Instrução Normativa RFB nº 787 de 19 de novembro de 2007**. D.O.U 20/11/2007. Disponível em:

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=15739>> Acesso em: 18 Dez. 2014.

BRASIL, Receita Federal. **Instrução Normativa SRF nº 86, de 22 de outubro de 2001**. D.O.U de 23.10.2001. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/2001/in0862001.htm>> Acesso em: Acesso em: 21 Dez. 2014.

BRASIL, Receita Federal. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em:<<http://www1.receita.fazenda.gov.br/outros-projetos/e-ecf.htm>> Acesso em 3 Dez. de 2015.

BRASIL, Receita Federal. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: <<http://nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.htm>> Acesso em 21 Nov. 2014.

BRASIL, Receita Federal. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/nfse/o-que-e.htm>> Acesso em 20 Dez. 2014.

BRASIL, Receita Federal. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: < <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/fcont/o-que-e.htm>> Acesso em 21 Dez. 2014.

BRASIL, Receita Federal. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: < <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/cte/default.htm>> Acesso em 23 Dez. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**.D. O. U. de 22.01.2007 Ed. Extra. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm>>. Acesso em 02 Jan. 2015.

BRASIL.Portaria 58, de 28 de janeiro de 2005MPS/SRP N. **Manual Normativo de Arquivos Digitais - MANAD aplicado à Fiscalização da Secretaria da Receita Previdenciária - SRP**. D. O. U. 31.01.2005. Disponível em:

<<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/MPS-SRP/2005/58.htm>> Acesso em 03. Jan. 2015.

COSTA, A. J. D.; et al; **Sistema público de Escrituração Digital (SPED): A nova tecnologia de informação as área contábil e fiscal**. Presidente Prudente, 2009.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal – IV – Manual de sobrevivência do empreendedor no mundo pós-SPED**. Belo Horizonte: ideas@work, 2011.

DUARTE, Roberto Dias. *Big Brother Fiscal III: O Brasil na Era do Conhecimento 3*. Ed. Ed. ideas@work, 2009.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal - IV - Manual de sobrevivência do empreendedor no mundo pós-SPED**. 4.ed. Belo Horizonte (MG): Ideas&Work, 2009

ECKERT, A.; et al; **Vantagens e desvantagens da implantação do Sistema Público da Escrituração Digital em uma grande empresa industrial**. Revista de Contabilidade e Controladoria. Curitiba, 2011, v. 3, n. 3, p. 82-93..

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONSALVES, Elisa Pereira, **Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011...

META CORPORATE SOLUCIONS. **Soluções NF-E Meta**. Disponível em <<http://www.webmeta.com.br/conteudo/notafiscal/index>> Acesso em 16 Nov. 2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Receita Federal do Brasil (RFB). Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)**, 2010. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/historico.htm>> Acesso em: 05 jan. 2015.

MOURA, Osni Ribeiro. **Contabilidade básica fácil**. 23. ed. Rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

MÜLLER, A; et al; **Manual da Nota Fiscal Eletrônica**. 2.a Edição. Curitiba: Editora Juruá, 2007.

QUANTOCUSTA O BRASIL Disponível em: <http://www.quantocustaobrasil.com.br> acesso em 30 Ago.2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social - Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

## APÊNDICE

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFISSIONAIS DA ÁREA CONTÁBIL DAS  
EMPRESAS DO RAMO DE ATACADO DE CARNES E FRIOS DA CIDADE DE  
CAJAZEIRAS – PB E SOUSA – PB.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS

UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - UACC

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

O presente questionário faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso que está sendo desenvolvido pelo discente Suerlley de Lima Ferreira do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG – Campus Sousa. Este estudo tem como objetivo analisar quais foram os principais impactos que o SPED trouxe para as empresas do ramo de atacado de carnes e frios da cidade de Cajazeiras – PB e Sousa - PB.

Agradecemos sua participação nesse estudo e colaboração para o desenvolvimento da pesquisa na área contábil.

Aluno: Suerlley de Lima Ferreira

E-mail: suerlley\_cz@hotmail.com

Orientador: Raul Ventura

E-mail: raul.ventura@ufcg.edu.br

1°. Gênero:

Masculino

Feminino

2°. Faixa Etária?

17 a 22 anos

23 a 30 anos

31 a 37 anos

38 a 45 anos

46 a 55 anos

Mais de 50 anos

Não informou

3°. Grau de escolaridade?

Nível técnico em Ciências Contábeis

Bacharelado em Ciências Contábeis

Especialista\_\_\_\_\_

(Caso seja, indicar especialidade)

Nível Médio

Nível Fundamental

Outros\_\_\_\_\_

4°. Quanto tempo você atua na área contábil da empresa?

0 a 1 anos     4 a 5 anos

2 a 3 anos    6 a 10 anos    Acima de 10 anos.

5°. Você já participou de algum curso, fóruns, palestras ou congressos sobre SPED?

Nenhum

Sim, apenas um

Sim, dois ou mais

6°. Como você avalia seu conhecimento sobre SPED?

Pouco

Intermediário

Avançado

7°. Em sua opinião, a criação do SPED trouxe mais dificuldades para a empresa perante o fisco?

Sim

Não

Não sei informar

8°. Você acha o sistema do SPED seguro?

Sim     Não

9° Em sua opinião, quais foram os possíveis impactos causados pelo SPED no setor contábil da empresa?

Agilidade nos processos de faturamento e pagamento

Redução e simplificação no cumprimento das obrigações acessórias

- Redução do tempo de parada dos caminhões das empresas nos postos fiscais
- Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas
- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias
- Aumento da Produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos
- Melhoria da qualidade da informação;
- Redução de erros na emissão de notas fiscais
- Diminuição do risco de fraudes
- Diminuição da sonegação fiscal
- Outros \_\_\_\_\_

10° Como você avalia o tamanho do impacto causado pela implantação do SPED no setor contábil da empresa?

- Baixo
- Moderado
- Alto

11° Quais foram as desvantagens do projeto SPED para a empresa?

- Complexidade para operacionalizar o sistema
- Aumento do custo para implementar o novo sistema
- Pane no sistema devido a quantidade de empresas utilizando o sistema ao mesmo tempo
- Risco de Hackers invadir o sistema

12° Quais foram as vantagens do projeto SPED para a empresa?

( ) Praticidade das informações

( ) Redução de entrega das declarações

( ) Redução de custos com a emissão e armazenamento do documento em papel

( ) Cruzamento eletrônico das informações

## ANEXO A

**LISTA DAS EMPRESAS DO RAMO DE ATACADO DE CARNES E FRIOS DA CIDADE DE CAJAZEIRAS - PB E SOUSA - PB CONFORME O CNAI (CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS).**

<b>Nº DO CNAI</b>	<b>RAZÃO SOCIAL</b>	<b>CIDADE</b>	<b>UF</b>
46.34-6-01	CAPANEMA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	SOUSA	PB
46.34-6-01	DSA - DISTRIBUIDORA SORRISO DE ALIMENTOS	SOUSA	PB
46.34-6-01	DSG - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SOUSA	PB
46.34-6-01	FRIEST COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE CARNES E DERIVADOS LTDA - EPP	CAJAZEIRAS	PB
46.34-6-99	FRIGORIFICO ESTRELA SOUSA LTDA	SOUSA	PB
46.34-6-01	MASTER FRIOS E CARNES LTDA - ME	CAJAZEIRAS	PB
46.34-6-01	SOCIEDADE CAJAZEIRENSE COMERCIO, DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP	CAJAZEIRAS	PB